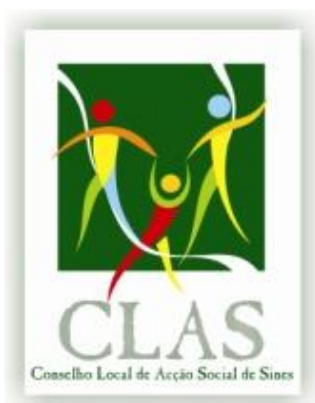




2018/21

# PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



REDE SOCIAL DE  
SINES

---

# FICHA TÉCNICA

---

***Documento elaborado pelo Núcleo Executivo:***

Maria João Marçal - *Câmara Municipal de Sines* (Coordenação)

Clarinda Maria Pereira – *Segurança Social, IP*

Patrícia Chu – *Santa Casa da Misericórdia de Sines*

Ana Cristina Luz – *“A Galha” Associação para o Desenvolvimento do Porto Covo*

Susana Alexandrino – *Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano*

Margarida Moura – *Serviço de Emprego de Sines*

Bernardette de Almeida – *Agrupamento de Escolas de Sines*

---

# ENTIDADES PARCEIRAS

---

*Câmara Municipal de Sines*  
*Agrupamento de Escolas de Sines*  
*Escola Secundária/ 3º C.E.B.Poeta Al Berto*  
*Santa Casa da Misericórdia de Sines*  
*“A Gralha” Associação para o Desenvolvimento do Porto Covo*  
*Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano*  
*IEFP- Serviço de Emprego de Sines*  
*Guarda Nacional Republicana*  
*Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sines*  
*Intervenção Precoce na Infância de Sines*  
*Programa CLDS 3G – Viver+Sines*  
*Cáritas Paroquial de Sines*  
*Associação Caboverdeana de Sines e Santiago do Cacém*  
*Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano - ADL*  
*Cercisiago*  
*Associação Sines Solidária*  
*Espiga-Cooperativa de Desenvolvimento Integrado, CRL*  
*Associação PROSAS*  
*Associação Pro-artes*  
*Núcleo Local de Inserção de Sines*  
*Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências – SICAD*  
*Sines Tecnopolo*  
*Escola Tecnológica do Litoral Alentejano – ETLA*  
*Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF*  
*Sines em Rede – Cooperativa de Solidariedade Social*  
*CAFAP – “Porta Aberta”*  
*CENFIM – Núcleo de Sines*  
*Junta de Freguesia de Sines*  
*Junta de Freguesia de Porto Covo*

# ÍNDICE

<b>FICHA TÉCNICA</b>	<b>1</b>
<b>ENTIDADES PARCEIRAS</b>	<b>2</b>
<b>NOTA INTRODUTÓRIA</b>	<b>4</b>
<b>I - METODOLOGIA</b>	<b>5</b>
<b>EIXO I – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO</b>	<b>6</b>
EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL	6
FORMAÇÃO PROFISSIONAL AO LONGO DA VIDA/EMPREGO	7
<b>EIXO II – SAÚDE</b>	<b>8</b>
<b>EIXO III – ENVELHECIMENTO</b>	<b>9</b>
<b>EIXO IV – CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E IGUALDADE</b>	<b>10</b>
FAMÍLIA E COMUNIDADE	10
IMIGRAÇÃO E ETNIAS	10
IGUALDADE DE GÉNERO	11
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>13</b>

---

# NOTA INTRODUTÓRIA

---

O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento que orienta as respostas às necessidades individuais e coletivas. O seu objetivo é servir de enquadramento a todas as intervenções para a promoção do desenvolvimento social, neste sentido, procura vincular as iniciativas de todos os agentes cujo âmbito de atuação tem repercussões no desenvolvimento social dos Concelhos. O presente documento deverá ser entendido como um instrumento dinâmico e estratégico de intervenção do desenvolvimento social, que deverá inscrever uma atitude coletiva de mudança, capaz de responder às necessidades e aos problemas prioritários.

Elaborado com base nos dados estatísticos atuais e os contributos dos agentes sociais locais, o Plano de Desenvolvimento Social encontra-se organizado em torno de 4 Eixos de Intervenção (Educação, Formação Profissional e Emprego; Saúde; Envelhecimento; Cidadania, Participação e Igualdade), os quais congregam o conjunto das principais problemáticas identificadas pelos diversos agentes sociais locais que contribuíram para a elaboração do presente documento.

A conceção deste documento foi pensada na perspetiva de criar um conjunto de orientações a serem apropriadas por todos os atores sociais do concelho, por forma a tornar mais visível, objetivo e concreto o pressuposto de que a rede social se deve assumir como um modelo de organização e de trabalho em parceria que traz uma maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas concretos dos cidadãos e das famílias

---

# I - METODOLOGIA

---

Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Sines a Rede Social envolveu os diversos parceiros sociais numa metodologia participativa.

Foram realizadas reuniões de trabalho com os diversos parceiros e interlocutores privilegiados com o objetivo fomentar a participação ativa dos atores sociais de forma a criar um documento estratégico de intervenção social para o concelho de Sines para o próximo quadriênio, onde todos se reconheçam e assumam responsabilidades na sua execução.

Nestas reuniões temáticas, foram elencadas todas as respostas sociais existentes no território, identificadas as necessidades prementes para responder aos problemas diagnosticados e equacionadas soluções que visem a resolução destes mesmos problemas com os recursos existente no concelho.

Foram debatidos temas como a saúde, a educação, a formação, o emprego e empreendedorismo, a imigração, a igualdade de género e o envelhecimento que serão os grandes eixos de intervenção privilegiados.

Essas soluções passam por um trabalho coeso, conjunto e participado por todos, porque ficou bem claro que, se unirmos forças e vontades os resultados serão mais visíveis e sobretudo mais benéficos para a população e para todas as estruturas que compõem a nossa sociedade.

Pretende-se que a intervenção social não se limite ao local, mas que abranja também todo o território para uma atuação mais articulada e concertada. Acreditamos que é necessária uma visão global para uma melhor intervenção territorial.

A Metodologia dividiu-se em 3 fases:

- Apresentação das respostas existentes no concelho, por cada entidade presente;
- Reflexão sobre as respostas em falta;
- Reflexão sobre soluções possíveis através da articulação entre os parceiros

Vantagens da metodologia:

- Envolvimento dos parceiros na procura de soluções;
- Conhecimento dos diversos técnicos das entidades parceiras;
- Partilha de experiências, conhecimentos e angústias;
- Comprometimento por parte das entidades envolvidas.

# EIXO I – EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO

## Educação/Formação Profissional

Situação de Partida	Prioridades	Medidas
Fracas competências parentais de algumas famílias.	Dotar as famílias de competências parentais	Realização de momentos de informação/esclarecimento sobre competências parentais, nas reuniões com os encarregados de educação.
		Continuidade das ações desenvolvidas no CAFAP e reforço da parceria para atrair mais encarregados de educação.
Falta de envolvimento dos encarregados de educação	Desenvolver estratégia para uma maior participação dos encarregados de educação na vida académico dos seus educandos	Promoção de visitas dos encarregados de educação à escola nas transições de ciclos.
		Criação de momentos informais na escola atrativos aos encarregados de educação.
Insuficiente articulação entre entidades de ensino.	Promover uma maior articulação entre todos os estabelecimentos de ensino do concelho	Criação um grupo de trabalho para trabalhar temas – como elaboração de um flyer. partilha de experiência...
		Promoção de encontros entre profissionais para discussão e debate.
		Criação de uma bolsa de formação entre técnicos, para partilha de experiências.
Ausência de momentos formativos/reflexivos sobre as práticas e os desafios que se colocam na educação		
Falta de ocupação dos tempos livres para os todos as crianças e jovens	Promover projetos de ocupação dos tempos livres para alunos do concelho	Apresentação de candidatura para elaboração de projeto(s) que abranja(m) todas as crianças e jovens.
Preconceito face ao ensino alternativo	Divulgar e desmistificar os percursos de ensino alternativos	Desenvolvimento de ações de informação e esclarecimento junto dos jovens e encarregados de educação.
Desconhecimento sobre a diversidade da oferta formativa		Realização anual de uma mostra das ofertas em educação e formação profissional. Semana aberta das ofertas formativas
		Realização anual de uma Semana Aberta das ofertas formativas.
Falta de resposta para alunos com NEE no secundário	Promover respostas de continuidade e qualidade para alunos com necessidades educativas especiais.	Apresentação de proposta de projeto em articulação com AES/Escola secundária/Centros Qualifica/Cercisiago
Falta de técnicos para dar apoio aos alunos NEE		Realização de um levantamento para conhecer a realidade do concelho
		Promoção de momentos de reflexão sobre Educação Especial para profissionais.

Abandono escolar de raparigas ciganas	Desenvolver estratégias para combate ao abandono escolar precoce de raparigas ciganas	Realização de projeto para a formação de uma mediadora cigana.
Instalações degradada de estabelecimentos de ensino	Realizar obras de benfeitoria nos estabelecimentos de ensino com instalações degradadas	Arranjo, melhoria das instalações existentes ou possível construção de novo equipamento (Capuchinho Vermelho/Universidade de Évora, ETLA)

### Formação Profissional ao longo da vida/Emprego

Situação de Partida	Prioridades	Medidas
Dificuldade em constituir grupos para formação profissional	Desenvolver estratégias para a captação de formandos para os cursos de formação existentes	Divulgar as formações existentes de forma mais adequada com um plano de publicidade e marketing.
Falta de transporte públicos compatíveis para participação nas formações		Realização de uma formação sobre marketing social.
Plano de formação desadequado às necessidades específicas (formações específicas pagas)	Promover a concertação e adequação da oferta formativa no território	Levantamento das necessidades de transportes para participação nas ações de formação existentes
Falta de articulação entre parceiros		Realização de levantamento das necessidades formativas dos desempregados.
Desadequação e desconhecimento das formações existentes		Divulgação e esclarecimento sobre as medidas de emprego e centros “Qualifica”
		Consolidação do trabalho em parcerias com a manutenção do grupo de trabalho.
Trabalho por turnos – dificuldade em compatibilizar horários com transportes e infantários	Adequar as respostas sociais às necessidades dos trabalhadores por turnos e sazonais	Realização de mostra de ofertas de educação e formação profissional
Falta de formação aos empresários		Manter a base de dados criada pelo CLDS sobre as ofertas formativas para divulgação no site da CMS
Término do projecto CLDS no final de 2018	Dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo CLDS	Levantamento das necessidades existentes.
		Promoção de uma formação para os empresários sobre gestão de equipas, liderança, relações interpessoais...
		Criação de centro, gabinete para elaboração de CV /Divulgação das ofertas de trabalho nas redes sociais
		Abertura de um Gabinete de Inserção Profissional no concelho de Sines.
		Inovação social – promover um encontro sobre economia social e inovação social.



# EIXO II – SAÚDE

Situação de Partida	Prioridades	Medidas
Pedopsiquiatria inexistente – número de crianças e jovens suficientes no território.	Dar uma resposta efetiva a doentes mentais com a criação de uma Unidade de Saúde Mental	Diagnósticos das necessidades específicas por especialidade. Possibilidade de contratação de terapeutas familiares no centro de saúde.
Psicologia no AL deficitária (não existe psicologia em todos os concelhos)		Continuação do grupo de trabalho da saúde mental
		Promoção de projetos que apostem na prevenção na área da saúde mental.
		Possibilidade de acordos atípicos com SS e MS para financiamento de IPSS no tratamento da doença mental.
Inexistência de internamento de doentes crónicos /psiquiatria		Criação de uma base de dados para identificar as perturbações encaminhadas pelos serviços.
Ausência de ocupação para doentes com doença mental.		Criação de um centro ocupacional para a doença mental
Pediatria – falta de profissionais nas urgências e residentes	Garantir a atração e fixação de recursos médicos essenciais ao território	Atribuição de benefícios fiscais que promovam a fixação de médicos na região.
Elevado número de utentes por médico de família		
Falta de médicos de especialidade - dificuldade em atrair e captar recursos humanos qualificados na área da saúde		
Serviço de urgência com falta de flexibilidade, sensibilidade para doentes	Garantir a cobertura de serviços de especialidade e alargamento das valências prestadas	Ações de formação/sensibilização para profissionais
Porto Covo – insuficiência de dias de atendimento (espaço físico desadequado)		Desenvolvimento de unidades móveis de saúde dirigidas essencialmente às áreas rurais
Oferta insuficiente de terapia da fala e de fisioterapia.		Criar unidade de Medicina Física e de Reabilitação e/ou refuncionalizar espaços já existentes. (possibilidade de acordos atípicos da SS e MS)
Necessidade de CAO para pessoas com deficiência A Cercisiago consegue o financiamento mas não a manutenção da resposta	Criar condições para a sustentabilidade dos equipamentos sociais.	Candidatura para sustentabilidade do equipamento
Listas de espera elevada para a Unidade de Cuidados Continuados.		Criação de mais camas.

# EIXO III – ENVELHECIMENTO

Situação de Partida	Prioridades	Medidas
Falta de SAD na freguesia de Porto Covo	Melhorar os Serviços de Apoio Domiciliário com o alargamento da resposta a todo o concelho e ao fim de semana.	Candidatura ao PROCOOP
Necessidade de aumentar o acordo de cooperação para mais beneficiários		Criação de uma unidade móvel para prestação de cuidados especializados.
Ausência de SAD ao fim de semana, apenas serviço de refeição		
Ausência de apoio domiciliário para tratamento de acamados		
Instalações do CD da Gralha e da SCMS desadequadas.	Melhorar as respostas existentes de Centros de Dia e qualificar os profissionais	Apresentação de candidaturas para requalificação/construção dos CD
Número elevado de utentes em Centro de Dia portadores de demência – 50% dos frequentadores são dependentes		Promoção de ações de formação para profissionais que trabalham em CD.
Falta de transportes para residentes em zonas rurais	Assegurar o mapeamento de idosos em situação de risco/isolamento	Candidatura para financiamento de viaturas para SAD e Centro de Dias
Ausência de cuidadores para tratamento dos idosos. Falta de retaguarda familiar	Promover a formação dos cuidadores (formais e informais)	Promoção de projeto de voluntariado de proximidade
Falta de conhecimento por parte dos cuidadores como tratar a pessoa acamada/dependente		Alargamento da resposta de teleassistência
Falta de estrutura para receber pessoas em estado de saúde muito debilitada		Promoção de ações de formação para cuidadores
Aumento do número de utentes com demência – 75% dos internos da SCMS têm demência	Criação de respostas ou adequação das existentes às novas realidades do envelhecimento.	Criação de um panfleto de apoio para cuidadores.
Falta de vaga na valência de Lar		Candidatura para criação/adaptação de uma unidade de cuidados de saúde.
Falta de financiamento à Universidade Sénior	Alargar a rede de equipamentos para as pessoas idosas dependentes.	Acordos para contratação de especialistas de saúde nas estruturas residenciais
Instalações deficitárias e insuficientes da US		Formação específica para profissionais que trabalham em estruturas residenciais.
Falta de financiamento à Universidade Sénior	Fomentar o envelhecimento ativo e a participação cívica dos idosos	Candidatura para financiamento de recursos humanos
Instalações deficitárias e insuficientes da US		Adaptação de novas instalações

# EIXO IV – CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E IGUALDADE

## Família e Comunidade

Situação de Partida	Prioridades	Medidas
Especulação imobiliária - Rendas elevadas e pouca oferta	Promover a divulgação e o acesso as medidas e programas de apoio à habitação.	Programa de apoio ao arrendamento da CMS e divulgação do programa Porta 65
		Reabilitação de habitações municipais para realojamento de famílias carenciadas.
		Criação de um serviço que promova pequenas reparações em habitações.
Aglomerados urbanos dispersos com pouca relevância demográfica, indutor de dificuldades ao nível da mobilidade e acessibilidade.	Promover a acessibilidade a serviços/equipamentos públicos	Realização de um levantamento das necessidades específicas das populações residentes em espaços rurais.
Dependências – falta de informação sobre novas dependências	Desenvolver programas de desenvolvimento de competências pessoais/ prevenção de comportamentos de risco.	Sessões de sensibilização para jovens do 2º e 3º ciclo e secundário, sobre novas dependências.
Número elevado de famílias dependentes dos serviços	Dotar a comunidade, famílias e agentes sociais de informação sobre os Recursos Sociais existentes no Concelho.	Criação de momentos de reflexão sobre boas práticas na intervenção junto das famílias
Desconhecimento das respostas sociais existentes		Realização de sessões de informação sobre direitos e deveres para a comunidade
Fraca participação cívica por parte dos residentes no bairro municipal da floresta		Criação de uma associação de moradores no Bairro Municipal da Floresta
Falta de recursos humanos para um acompanhamento individualizado		
Término do projeto CLDS Viver + Sines		Promoção de nova candidatura a projetos de intervenção social

## Imigração e Etnias

Situação de Partida	Prioridades	Medidas
Atualização da lei da imigração (art.º 88) mas a lei do trabalho não sofreu nenhuma alteração – muitas empresas não querem	Promover estratégias de integração dos imigrantes no concelho.	Continuidade do CLAIIIM com apresentação de nova candidatura

correr o risco e os imigrantes sujeitam-se a trabalhos precários		
Atraso nos processos de regularização por falta de Recursos Humanos no SEF		Promoção e divulgação do SEF em Movimento
Saúde – os novos imigrantes não conseguem ter acesso aos cuidados de saúde (inscrição esporádica) Pagamento de taxas máximas	Promover o debate e a análise das questões relacionadas com a integração de imigrantes e a sua incorporação na comunidade	Promoção do debate e a análise das questões relacionadas com a integração de imigrantes e a sua incorporação na comunidade
Dificuldades de comunicação por desconhecimento da língua		Candidatura para alfabetização (iniciação ao Português) para imigrantes onde poderão incluir os técnicos e médicos - ACM
Aumento do número de imigrantes brasileiros e senegaleses.	Promover cursos de aprendizagem da língua portuguesa	AES e Escola Poeta Al Berto– atelier para crianças que não dominam a língua portuguesa
Dificuldade em apoiar crianças sem escalão de beneficiário		Promoção de uma maior articulação entre as oficinas de língua não materna com as Associação Caboverdena.
Necessidade de desmistificar a imagem do SEF		Programas Ocupacita e Convivências
Abandono escolar precoce das raparigas ciganas	Aumentar os índices de escolarização, garantindo que todas as crianças ciganas completam e escolaridade obrigatória	Promoção de sessão de informação sobre o SEF
Desvalorização do ensino por parte da comunidade cigana		Formar mediadora sociocultural cigana - ACM
Casamentos precoces da comunidade cigana – falta de experiência/imaturidade	Promover ações sobre cidadania para a comunidade cigana	Projeto REEI – Reflexão da escola sobre interculturalidade, inclusão (projeto de 3 anos) abertura da escola à comunidade
Falta de regras de cidadania da comunidade cigana		Criar módulos nos cursos do IEFP sobre cidadania – direitos e deveres
		Projetos financiados pelo ACM – FAMI Para integração da comunidade cigana

## Igualdade de Género

Situação de Partida	Prioridades	Medidas
Desconhecimento da dimensão da IG	Sensibilizar e informar públicos estratégicos no âmbito da IG	Ações de formação nas escolas – auxiliares da ação educativa; educadores.
Falta de sensibilização de públicos estratégicos sobre IG		Inclusão de sessões de sensibilização sobre IG nas formações de longa duração do IEFP
		Sessões de esclarecimento aos beneficiários de RSI através do NLI
		Promoção de formações na área da IG para técnicos
		Ação de sensibilização junto das empresas locais
Desconhecimento sobre os materiais didáticos existentes e disponíveis	Informar e sensibilizar para as questões da IG enquanto	Aplicação de recursos didáticos em sala de aula (Aulas de cidadania)

	princípio fundamental dos Direitos Humanos	Conceção de um guia bibliográfico sobre material disponível
		Criação de uma plataforma com todo o material didático existente;
		Realização de Seminário sobre Direitos Humanos a 10 de dezembro.
Possível falta de financiamento para dar continuidade ao projeto de apoio à vítima	Sensibilizar e alertar para as questões da VD e VG	Continuação do projeto (Des)Igualdades
Falta de intervenção junto do agressor		Desenvolvimento de um projeto para trabalhar o agressor
Estudos apontam para o aumento da violência no namoro		Realização de campanhas contra a violência no namoro
		Formação de mediadores jovens para sensibilizar outros jovens
Falta de adoção da linguagem inclusiva na comunicação escrita e oral	Promover a adoção da linguagem inclusiva em todas as formas de comunicação institucional escrita, interna e externa	Sessões de formação para técnicos sobre linguagem inclusiva
		Capacitação dos técnicos que trabalham na área da comunicação/empresas
Necessidade de formação e reforço das equipas em centros de saúde	Sensibilizar para as questões da IG e VD no contexto de promoção da saúde	Reforçar a formação de equipas de prevenção nos centros de saúde da violência em ciclo de vida
Falta de conhecimento sobre mutilação genital		Sessões de formação para profissionais de saúde
		Formação específica para médicos e enfermeiros;

---

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Na filosofia de base da Rede Social é defendida a necessidade de articulação entre dimensões de intervenção, sectores e serviços. A articulação do PDS com outros instrumentos de planeamento favorece a rentabilização de esforços e recursos afetos, evitando que o que está inscrito entre em contradição ou se sobreponha a outros planos.

Em termos de orientações considera-se desejável que a articulação se faça com os instrumentos de planeamento e programas nacionais e locais, bem como os Programas Operacionais financiados pela União Europeia. Realça-se ainda, que na relação efetuada entre os Eixos do PDS de Sines, os Planos e Medidas Nacionais, foi também estabelecida a articulação com os Eixos do PDS da PSCAL.

Os problemas das pessoas que se encontram em situação de pobreza e exclusão social são multidimensionais e transversais a todas as áreas e, por esta razão, se afirma que a multi-complexidade do problema da pobreza leva à necessidade de conceber a intervenção de uma forma multidimensional.

Cada vez mais se defende, que para se atingirem resultados, as intervenções sociais devem ser perspectivadas em parceria, centradas nos territórios e contemplando o conjunto das áreas sectoriais.

Este PDS pressupõe a elaboração de Planos de Ação anuais, e a criação de um sistema de monitorização e avaliação dos resultados, numa lógica de atualização do diagnóstico da realidade social concelhia e da evolução das questões sociais existentes ou emergentes.

Aspetos como a conjuntura social, económica e financeira, poderão obrigar à reformulação deste PDS, nomeadamente sempre que ocorram alterações no tecido social e que sejam identificadas outras problemáticas que exijam da parceria uma intervenção a curto prazo. Trata-se de assumir que o planeamento implica rigor e precisão, mas também flexibilidade, uma vez que nem sempre é possível prever e prevenir determinados contextos.